

**Educação
Física
e
Pós-
Graduação:
conside-
rações
acerca
do
Mestrado
e
Doutorado**

*Graduate
Programs
in
Physical
Education:
considera-
tions on
Master
and
Doctoral
programs*

**Rita de Cássia Garcia
Verenguer**

Dalberto Luiz de Santos

*Licenciada em Ed. Física pela
Universidade de São Paulo e Bel. em
Filosofia pela mesma instituição.
Prof. Aux. de Ensino do
Departamento de Organização e
Aplicação Desportiva da Escola de
Ed. Física da Universidade de São
Paulo e mestrando pela mesma
Instituição.*

Resumo

O propósito deste ensaio é, a partir da premissa da necessidade da formação de recursos humanos para a pesquisa e da análise histórica dos planos nacionais de pós-graduação, caracterizar como se originaram os programas de pós-graduação strictu sensu em educação física no Brasil, apresentando elementos para a reflexão que possam contribuir para a melhoria do atual estágio.

Abstract

This essay intends to stress the need of formation of human resource perform research and historical analysis concerning graduate national plans to show how the graduate programs at strictu sensu level in brasilian physical education colleges originated. It also intends to give subsidies that could contribute to evolution of the actual state-of-arts in matter.

Introdução

A Universidade, no que diz respeito às suas funções enquanto instituição, reserva-se a contribuir no processo de ensino, pesquisa e extensão. As unidades acadêmicas que estão no âmbito da Universidade têm por necessidade e dever assumir tais funções para poderem justificar sua permanência no cotidiano desta.

No que se refere à pesquisa, em particular, reconhece-se a importância da produção de conhecimento para o desenvolvimento do saber científico-tecnológico tanto da própria área do saber como do país. E neste ponto de vista esbarra-se num problema: a formação de recursos humanos para o desenvolvimento de tais funções, ou seja, a formação do pesquisador.

Sabe-se que compete à Universidade a formação de recursos humanos para o preenchimento dos quadros do mercado, formando profissionais nas áreas de saúde, construção, cultura, ensino, etc., bem como formar quadros que revitalizem a própria formação de profissionais/pesquisadores que, por sua vez, fortaleçam o conhecimento em cada área.

O propósito deste ensaio é, a partir da premissa da necessidade da formação de recursos humanos para a pesquisa, analisar como se desenrola este processo na área de Educação Física, discutindo o atual estado da formação de pesquisadores na área e apresentar elementos para a reflexão que possam contribuir para a melhoria do atual estágio.

Na Universidade, a pesquisa acontece de dois modos distintos (podendo estar interligados): no primeiro modo, o professor (em regime de dedicação exclusiva ao ensino e pesquisa) desenvolve trabalhos de pesquisa na sua área de preferência; e no segundo, a Pós-graduação oportuniza o desenvolvimento do futuro pesquisador. Tratar-se-á, aqui, do segundo modo, ou seja, como se dá a relação entre a Pós-graduação e formação de recursos humanos para a pesquisa em Educação Física.

Pós-graduação no Brasil

Antes de entrar na discussão específica, é preciso traçar o histórico, ainda que breve, da Pós-graduação no Brasil, para que se possa depois retomar o assunto.

É de consenso geral que, a partir da década de 1950, o Brasil sofreu um grande crescimento no seu parque industrial e, por conseqüência, cresceu, também, a demanda de mão-de-obra especializada.

A década de 1960 foi caracterizada pela expansão do número de escolas de 3º grau com o objetivo de formar quadros para a industrialização emergente. Assim, tornou-se necessário formar profissionais aptos para as exigências de industrialização do país, como, a formação de professores para preenchimento das vagas nas escolas de nível superior.

Paralelamente ao quadro descrito acima, registrava-se, por parte do Conselho Federal de Educação, a preocupação em conceituar e caracterizar os cursos de Pós-graduação no Brasil para que esses fossem criados sobre bases bem definidas. Através do Parecer n.977/65 (Parecer Sucupira) delinear-se os cursos de Pós-graduação no país, sendo eles de caráter *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especialização).

Segundo esse Parecer, e em consonância ao momento histórico-econômico vigente, a implantação dos cursos de Pós-graduação visariam,

....formar os nossos próprios cientistas e tecnólogos, sobretudo tendo que a expansão da indústria brasileira requer número crescente de profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processo...(Documenta, p. 473)

Portanto, cria-se um laço estreito entre o desenvolvimento econômico de um lado, e a qualificação profissional de outro.

Em contrapartida, é importante ressaltar que o Parecer Sucupira atenta para a necessidade de construção de treinamento científico competente e, ainda, do desenvolvimento do saber, conferindo à Universidade a responsabilidade de se tornar um centro de ciência e de cultura e, não apenas uma instituição

formadora de profissionais. Desta forma, o Parecer afirma que a Pós-graduação.

... tem por fim oferecer, dentro da universidade, o ambiente e os recursos científicos para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade criadora das mais altas formas de cultura universitária.... (Documento, p. 472)

Vê-se, portanto, que além da necessidade de qualificar, em grau de excelência, os quadros econômicos, a Pós-graduação no Brasil nasce pautada pela idéia de desenvolvimento do saber científico e cultural para atingir, efetivamente, o desenvolvimento sócio-político-econômico do país.

A Pós-graduação em Educação Física no Brasil

Continuando o caráter histórico deste ensaio, porém aproximando-se dos objetivos mencionados no início do texto, é preciso resgatar o processo de instauração da Pós-graduação em Educação Física no Brasil.

Segundo Canfield (1988), é logo no início da década de 1970 que se registra a preocupação do Ministério da Educação e Cultura no que diz respeito ao desenvolvimento da pesquisa em Educação Física e Desportos. A partir do diagnóstico da inexistência de pesquisa na área de Educação Física, foram elaborados Planos Nacionais de Educação Física e Desportos (PNED), visando instrumentalizar e apoiar a implantação de programas de pesquisa nas principais faculdades de Educação Física.

Ainda na década de 1970, porém agora na segunda metade, visualiza-se a chegada do exterior dos primeiros professores titulados em nível de mestrado e, depois, em nível de doutorado, possibilitando a implantação de uma política de cursos de mestrado na área de Educação Física.

Cronologicamente, a Universidade de São Paulo implanta o primeiro curso de Pós-graduação em Educação Física no ano de

1977, seguido dos cursos de mestrado em Ciência do Movimento, a partir de 1979 pela Universidade Federal de Santa Maria (RS), mestrado em Didática da Educação Física e Bases Biomédicas da Educação Física, a partir de 1980 pela Universidade federal do Rio de Janeiro, mestrado em Pedagogia do Movimento e Administração de Educação Física na Universidade Gama Filho (RJ), a partir de 1984 e mestrado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (SP), a partir de 1988. É na Universidade de São Paulo, a partir de 1990, que se instala o programa de doutorado em Biodinâmica do Movimento Humano e a mudança do programa de mestrado em Educação Física para mestrado em Pedagogia do Movimento Humano e Biodinâmica do Movimento Humano.

No que se refere à Pós-graduação lato sensu existe um número bem maior de cursos, inclusive em faculdades particulares, possibilitando o treinamento de graduandos em diversas subáreas.

Educação Física e os Problemas Estruturais da Pós-graduação

Em pouco mais de 20 anos de existência, os programas de Pós-graduação strictu sensu em Educação Física capacitaram especialistas que, para darem continuidade a seus estudos, tiveram que procurar cursos de doutorado no exterior ou em outras áreas do conhecimento.

Ao longo deste processo de capacitação, pode-se afirmar que o número de doutores na área ainda é insuficiente para a consolidação de uma Pós-graduação capaz de influenciar decisivamente os rumos da Educação Física. Se não bastasse o pequeno número de doutores e, conseqüentemente, o número reduzido de orientandos nota-se, ainda, um agravante: os encargos administrativos que esse reduzido número de doutores assumem.

Com o término do programa de doutoramento, o docente possui um grande número de informações que, fazendo parte dos programas das disciplinas por ele ministradas, tanto em nível de Graduação como em nível de Pós-graduação, enriqueceriam os

trabalhos produzidos por seus alunos. Assumindo trabalhos administrativos, esse docente é subutilizado nas suas funções de pesquisa e docência.

Da mesma forma que se caracteriza o fenômeno *brain drain* (*perda de cérebro*), ou seja, o êxodo de cientistas dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos, à procura de melhores condições de trabalho, verifica-se, no atual estágio da Educação Física, o mesmo fenômeno, ainda que este êxodo seja das salas de aulas ou laboratórios para o *gabinete*.

Para aumentar o contingente de doutores e diluir a problemática acima referida, deve-se adotar uma postura crítica em relação ao tempo médio de formação de mestres e doutores. É bom lembrar que, em algumas Universidades, como a Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas, é a partir do doutorado que se inicia a carreira acadêmica. Sem contar que é a partir do doutoramento que o pesquisador adquire independência científica.

O modelo de Pós-graduação brasileira foi inspirado no modelo norte-americano, que privilegia o sistema de créditos. Esse sistema permite que se mantenha o conhecimento atualizado, porém diminui o tempo de interação orientando-orientador, dificultando o desenvolvimento gradual da independência acadêmica do primeiro.

Em termos de mestrado, quando este significa os primeiros passos para o universo da investigação científica, como um estágio de passagem para o doutoramento e, por consequência, a autonomia científica, pode-se considerar que o número de créditos devem ser organizados para possibilitar que os trabalhos de dissertação sejam concluídos num tempo médio menor do que atualmente.

Segundo Lopes, (Folha de S. Paulo, 29 de março de 1989), é preciso rever o número de créditos no curso de Pós-graduação, pois as disciplinas em demasia não são responsáveis pela evolução do aluno no seu processo de formação. A evolução do aluno dá-se muito mais quando ele trabalha para a dissertação ou tese, estando em contato direto com o orientador. Para Tani (comunicação pessoal, 10 de janeiro de 1990) é no envolvimento com grupos de

pesquisa que o pós-graduando vai tomando contato com as várias interfaces do trabalho científico.

É preciso registrar que, preocupados com a longa duração dos Programas de Pós-graduação, as agências de fomento diminuiram os anos de bolsa de estudo, evidenciando uma pressão externa no sentido de forçar uma reorganização no número de créditos exigidos pelos Programas (Durham, 1990).

Se a pesquisa objetiva o desenvolvimento e fortalecimento de uma dada área de troca de informação deste conteúdo entre os pesquisadores, é de fundamental importância para os professores oriundos de um curso de mestrado ou doutorado que, ao retornarem às suas instituições de origem, encontrem ali condições mínimas necessárias para desencadear um processo de trabalho que venha enriquecer as discussões do grupo.

Um erro estratégico nos cursos de Pós-graduação em Educação Física é a pulverização dos recursos humanos. Quando, após anos de treinamento, o docente-mestre ou o docente-doutor retorna à sua instituição e não encontra um grupo de pesquisadores ou um grupo de trabalho, este fica isolado e, certamente, terá problemas para dar continuidade aos seus planos de trabalho (se é que não assumirá cargos administrativos). Nesse sentido é fundamental que se estabeleça uma política de formação de recursos humanos que beneficie o desenvolvimento da instituição de origem do novo mestre/doutor.

Embora não exista uma solução única para o problema, não se pode deixá-lo de lado. Talvez uma possível estratégia para amenizar este problema seja, mediante análise de condições favoráveis e em função de determinados critérios, *adotar* ou escolher determinado departamento, selecionando alguns professores para que estes, concluindo o curso de Pós-graduação, possam, juntos, criar um ambiente favorável para o desenvolvimento de seus trabalhos.

No entanto, é preciso ressaltar que esta estratégia, de modo algum, inviabiliza o processo natural dos interessados ao curso de Pós-graduação no que se refere à sua origem institucional. Seria, apenas, mais um meio de acelerar o desenvolvimento da área. Na verdade, a estratégia para resolver o

problema da pulverização dos recursos humanos é secundária. O importante é assumir a importância deste problema e, a partir daí, tomar decisões para resolvê-los.

Educação Física e sua Imaturidade Acadêmica

No início deste ensaio ficaram caracterizadas as bases pelas quais a Pós-graduação no Brasil apoiou-se para se concretizar. Frente à necessidade de aperfeiçoamento de recursos humanos, a Pós-graduação assume um papel importante: qualificar, em grau de excelência, os profissionais oriundos do ensino superior.

Através de um processo de discussão feita pelos órgãos competentes - Ministério da Educação e Cultura, Capes, CNPq e Universidades - estabeleceram-se referências para o Plano Nacional de Pós-graduação.

A qualificação de docentes universitários era a prioridade dada no I Plano Nacional de Pós-graduação datada de 1975. As diretrizes básicas deste Plano convergiam na direção de titulação dos docentes de 3º grau para que esses pudessem elevar o nível do ensino superior. Assim, afirma o documento:

... o Ensino Superior é um setor de formação de Recursos Humanos para os demais níveis de ensino e para a sociedade; os cursos de pós-graduação no sentido estrito - Mestrado e Doutorado - devem ser regularmente dirigidos para a formação de Recursos Humanos para o próprio Ensino Superior... (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 4 de agosto de 1975, p. 9682).

A partir de 1982, com o II Plano Nacional de Pós-graduação, vê-se priorizada a função da pesquisa para promover o desenvolvimento do conhecimento e formar pesquisadores. Este Plano também define que a formação de docentes para o 3º grau passa a ser responsabilidade dos curso de Pós-graduação lato sensu uma vez que estes

.....atendem melhor às necessidades dos que trabalham no contexto acadêmico, possibilitando a incorporação sistemática de novos enfoques

e das contribuições mais recentes, conduzindo assim à constituição de um corpo docente permanentemente atualizado e, conseqüentemente, à elevação do ensino no nível de graduação... (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 16 de novembro de 1982, p. 21471).

Em linhas gerais o III Plano Nacional de Pós-graduação (1986), abandona a idéia de formação de recursos humanos para o ensino superior e orienta esforços no sentido do fortalecimento da competência científica nacional. Na expectativa de criar tecnologia e desenvolvimento para o país, cabe à Pós-graduação *...o papel duplo de formar recursos humanos de alto nível e de contribuir, por meio da pesquisa, para a solução de problemas sociais, econômicos e tecnológicos...* (DIÁRIO DA UNIÃO, 9 de dezembro de 1986, p. 18493).

Nota-se, portanto, um deslocamento dos objetivos da Pós-graduação no Brasil. Se, antes, era qualificar docentes para o ensino superior, agora a prioridade está em formar pesquisadores ou docentes-pesquisadores para dar continuidade ao desenvolvimento do saber e do país.

Em face do exposto, pode-se afirmar que a Educação Física está em descompasso com as diretrizes que norteiam o cotidiano das outras áreas do conhecimento no que tange à Pós-graduação e pesquisa, uma vez que a mesma ainda se inspira nas diretrizes do I Plano Nacional de Pós-graduação.

Tal afirmação é possível tendo em vista os critérios de seleção dos Programas de Pós-graduação em Educação Física no país. É quase indispensável para o candidato a uma vaga no curso de Pós-graduação que ele esteja vinculado a uma instituição de ensino superior. Tal exigência descaracteriza as diretrizes da Pós-graduação acima citadas, ou seja, em detrimento da pesquisa ou grupos de pesquisa, a Pós-graduação em Educação Física prioriza a titulação de docentes universitários.

Diante deste quadro, Gebara (1988) afirma:

... têm-se procurado candidatos com já vínculos(sic) no sistema de ensino de 3º grau, dando-se pouca, ou nenhuma importância, aos vínculos do candidato com o trabalho de pesquisa. Neste contexto, Pós-graduação tem sido muito mais um sistema para qualificar pessoal, do que um sistema formador de pessoal qualificado....(p. 404).

Naturalmente, uma reflexão bem feita sobre o assunto não deixará de fora do processo de Pós-graduação os docentes das instituições universitárias, mas selecionará aqueles que possuem potencial para o desenvolvimento de pesquisas independentes de estarem ou não vinculados ao ensino superior.

Outro fato importante que retrata a imaturidade da relação entre Educação Física e o cotidiano acadêmico dá-se no âmbito conceitual do que vem ser o trabalho de pesquisa ou trabalho científico.

Ora, pesquisa significa procurar algo, é a expectativa de entender e explicar um dado acontecimento ou fenômeno, e para isso é necessário identificar o problema que será estudado. Não se pode confundir, pura e simplesmente, o trabalho de pesquisa com coleta de dados. Enquanto procedimento dos trabalhos de pesquisa com tratamento experimental, a coleta de dados possibilita a verificação aproximada das hipóteses estatísticas do trabalho. Portanto, segue depois da formulação do problema. O que sustenta uma área do conhecimento são seus pressupostos teóricos que, por sua vez, são responsáveis pelo fornecimento de questões a serem investigadas.

Infelizmente é possível reconhecer que, quase na sua totalidade, os trabalhos em Educação Física têm como ponto de partida testes experimentais.

A crítica não se dirige ao fato de os trabalhos serem experimentais, mas sim, ao fato de serem quase que exclusivamente experimentais. O que é de se admirar é o caráter imperativo desta metodologia.

Existe, por parte dos pesquisadores em Educação Física, um preconceito em relação aos trabalhos de natureza filosófica ou histórica, como se houvesse no trabalho científico uma hierarquização metodológica, ou seja, o trabalho experimental seria, hierarquicamente, mais importante que o trabalho não-experimental (na verdade a hierarquização deve acontecer em termos de qualidade do trabalho: ou é bem realizada ou não).

Betti (1987) aborda a questão sobre outro prisma. Segundo o autor, uma maneira de manter o subdesenvolvimento da Educação Física é realizar uma triagem ideológica nos trabalhos

de cunho social e filosófico, impedindo que estes se desenvolvam como dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Historicamente, a Educação Física esteve atrelada à área de higiene e saúde que, por sua vez, baseia-se na ciência biológica que se utiliza do procedimento experimental para a produção do conhecimento. É bem verdade que todos os ramos do conhecimento sofreram influência da revolução científica do século XVII. No entanto, com o progresso do próprio conhecimento, não é possível conceber o estudo de um fenômeno a partir de um único nível de análise. Precisa-se, sim, admitir outros níveis e suas respectivas metodologias.

O trabalho final da Pós-graduação, seja ele dissertação ou tese, não pode ser apenas um exercício metodológico. Esse trabalho deve ser fruto da reflexão de um problema e precisa estar pautado em um suporte teórico.

Ainda que timidamente, é preciso ressaltar uma evolução nos trabalhos de pesquisa em Educação Física quando estes se utilizam da abordagem qualitativa na análise dos dados obtidos, haja visto que esta abordagem propicia dados mais ricos em informações e, conseqüentemente, conclusões mais próximas do fenômeno em si.

Considerações Finais

Tratou-se, aqui, das relações entre a Educação Física e a Pós-graduação, identificando como problemas desta relação: a subutilização dos doutores nas tarefas de pesquisa e docência; a pulverização dos recursos humanos e o excessivo número de créditos. Ainda, caracterizaram-se os critérios de seleção, o reinado da metodologia experimental e o preconceito com relação às metodologias empregadas na análise macroscópica do fenômeno, como fatores de imaturidade acadêmica da área.

Ademais, é imprescindível ressaltar que um Programa de Pós-graduação não deve se restringir apenas ao número de disciplinas (e respectivos conteúdos), ou ao número de orientadores, datas de entrega, plano de pesquisa etc. Ele precisa

criar, fundamentalmente, uma atmosfera de debates e discussões, uma atitude de reflexão frente às dimensões do trabalho científico, independentemente das especializações de cada pós-graduando. Neste sentido, um Programa de Pós-graduação dinâmico deve proporcionar um sem-número de seminários, encontros e intercâmbios entre os vários cursos de Pós-graduação e entre pesquisadores de diversas áreas para que o fluxo de idéias e informações seja sempre virtuoso.

Pode-se, portanto, afirmar que a implantação de um curso de Pós-graduação é menos uma decisão administrativa e significa, isso sim, amadurecimento institucional e, logicamente, amadurecimento do grupo de professores e pesquisadores da instituição.

Ao adentrar no cotidiano universitário, a Educação Física se vê forçada a assumir o caráter de uma Disciplina Acadêmica detentora de um objeto de estudo e de uma metodologia própria, legitimados pela pesquisa. No entanto, a falta de tradição acadêmica e por conseqüência a falta de produção científica, coloca-a à margem do cenário acadêmico evidenciando o desnível entre a Educação Física e outras áreas do conhecimento já consolidadas. E é neste sentido que Pellegrinni (1988) afirma a importância *....da consolidação dos cursos de pós-graduação e da produção científica dos centros de investigação ... (p.251)* para o desenvolvimento da Educação Física e, conseqüentemente, o status de Disciplina Acadêmica.

Sem entrar no mérito da discussão, é importante lembrar que a busca de uma definição e de uma identidade própria para a área em questão passa pelo desenvolvimento de uma produção sistematizada do conhecimento. Assim, justifica-se o cuidado especial que a Educação Física deve ter com a formação dos recursos humanos para a pesquisa.

Este cuidado especial constitui-se numa atitude planejada quanto à formação do pesquisador correspondendo à identificação de valores ainda na graduação, o recrutamento de graduando para desenvolver projetos de pesquisa tanto junto às disciplinas e sobre orientação dos professores responsáveis pelas mesmas, como junto aos laboratórios e núcleos de estudo.

Corresponde, ainda, a orientação para a participação em simpósios e congressos e o encaminhamento para o mestrado ou doutorado, tudo isso sustentado por recursos financeiros e técnico-materiais. Portanto, uma política de formação de recursos humanos de caráter longitudinal que viabilize a formação do pesquisador de forma gradual e contínua.

Outrossim, é preciso entender que, mesmo que os graduandos não se envolvam com o mestrado ou com o doutorado, eles tiveram, desta forma, a possibilidade na graduação de criar uma atitude favorável no que se refere à busca de soluções para os problemas e isso, certamente, enriquecerá seu cotidiano profissional.

Frente às questões levantadas e à necessidade emergente da Educação Física em se estabelecer enquanto área de estudo, é legítimo reconhecer que os Programas de Pós-graduação devam ser estruturados para viabilizar o processo de desenvolvimento da mesma.

Cabe às comissões de Pós-graduação somar esforços para lubrificar as engrenagens dos respectivos cursos visualizando o crescimento e o fortalecimento da área.

Referências Bibliográficas

- Betti, M. (1987). Como impedir o desenvolvimento da Educação Física enquanto ciência ou a Cienciologia da Educação Física. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*. 8(2/3): 155-158.
- Canfield, J. T. (1988). Pesquisa e Pós-graduação em Educação Física. In: S. (org.). *Educação Física e Esporte na Universidade*. Brasília, SEED-MEC, UnB.
- Diário Oficial da União. Decreto Nº76056 1975. - *Aprova o Plano Nacional de Pós-graduação*. Capital Federal, ano CXIII, Nº 146, 14 de agosto.
- Diário Oficial da União. Decreto Nº87814 1982. - *Aprova o II Plano Nacional de Pós-graduação*. Capital Federal, 16 de novembro.
- Diário Oficial da União. Decreto Nº 93668 1986. - *Aprova o III Plano Nacional de Pós-graduação*. Capital federal, 9 de dezembro.
- Documento. (1973). *Curso de Pós-graduação - conceituação e normas*. Brasília, ano 12, Nº156, pp. 1-512, novembro.
- Durham, E.R. (1990). *Palestra proferida no II Seminário nacional sobre a reestruturação da Pós-graduação*. São Paulo, 08 de dezembro.
- Folha de São Paulo. (1989). *Novo Pró-reitor da USP pretende diminuir tempo de Pós-*

- graduação*. Folha de São Paulo, 29 de março. p.C-B.
- Gebara, A. (1988). *Pesquisa e pós-graduação em Educação Física*. In: S. Passos, (org.) *Educação Física e Esporte na Universidade*. Brasília: SEED-MEC, UnB.
- Pellegrini, A. M. (1988). A formação profissional em Educação Física. In: S.Passos, (org.) *Educação Física e Esporte na Universidade*. Brasília, SEED-MEC, UnB.
- Tani, Go. (1990). *Comunicação Pessoal*, 10 de janeiro.